

As universidades públicas já são gratuitas em toda a Alemanha

A Baixa Saxónia juntou-se aos restantes Estados federados que nos últimos anos têm vindo a eliminar as propinas, igualmente para os alunos estrangeiros. Mas o debate sobre o financiamento da Universidade ainda não está fechado: perante o receio de que o sistema não seja viável, alguns *think tanks* pedem o regresso das propinas.

Na Alemanha, a administração das universidades depende desde há vários anos dos Estados federados. Mas até à reforma do federalismo, aprovada em 2006, havia uma lei das universidades que fixava critérios comuns; entre outros, a proibição de cobrar propinas no primeiro curso frequentado por um aluno.

Esta proibição foi contestada em 2002 perante o Tribunal Constitucional alemão por seis Estados federados governados pela União Democrata-Cristã (CDU), por entenderem que o Estado central invadia as competências dos *Länder*.

Além disso, havia outros dois grandes problemas. Embora os governos regionais se encarregassem da gestão das universidades, era o governo federal quem entrava com o dinheiro. Teria meios para isso? O outro problema tinha a ver com as universidades: na opinião de alguns reitores, a abolição das propinas podia limitar a concorrência entre os centros, dado que tinham menos autonomia para se diferenciarem.

Em 2005, o Tribunal Constitucional anulou a proibição das propinas, levando sete *Länder* a voltarem a introduzi-las. Mas a decisão foi tão impopular que, pouco a pouco, estes Estados foram recuando. Os dois que faltavam eram a Baviera, que eliminou as propinas no ano letivo passado, e a Baixa Saxónia, que acabou com elas neste ano letivo.

Contudo, a maioria dos Estados manteve as propinas para os segundos cursos e para os alunos atrasados nos estudos. A ideia era evitar aos alunos que excedem o tempo normal de duração do curso, uma compensação com o eternizar dos seus estudos, dados os descontos de que gozam os alunos universitários nos transportes, espetáculos, cantinas...

Com a reforma do federalismo, o financiamento das universidades também passou a depender dos *Länder*. Isto trouxe um alívio importante para o governo federal, que decidiu destinar parte do que se poupava a um programa de excelência universitária. Esta iniciativa premiava com fundos adicionais as universidades que obtinham melhores resultados; o objetivo era criar uma liga de universidades de elite que pudessem concorrer com outras no estrangeiro.

Os resultados deste programa – que se atreveu a romper a tradição igualitária no ensino superior alemão – foram muito positivos. No último *ranking* do “Times Higher Education” (“THE”), que identifica as 200 melhores universidades do mundo, figuram 12 universidades alemãs.

Mas também houve perdedores. Num artigo publicado em “The Conversation” (“How Germany managed to abolish university tuition fees”, 13.10.2014), Barbara Kehm – professora universitária e membro da Associação Alemã de Investigação no Ensino Superior – explica que a reforma do federalismo prejudicou sobretudo os Estados mais pobres do Leste alemão, que sofrem uma desertificação crescente. Embora também eles tenham optado por eliminar as propinas para atrair mais alunos, as suas precárias receitas não podem competir com as de outros Estados.

Nesta altura, afirma Kehm, o debate sobre as propinas encontra-se em ponto morto. Uma grande maioria da opinião pública alemã rejeita as propinas e poucos políticos estão dispostos a contrariá-la. Mas alguns influentes órgãos consultivos e *think tanks* alemães continuam empenhados em introduzir as propinas, pelo que é bastante provável o debate voltar a ser reaberto.

Na Alemanha, existem 379 instituições de ensino superior, onde estudam 2,4 milhões de alunos. Embora nestes últimos anos o governo federal tenha multiplicado os apelos para que as universidades públicas procurem contribuições privadas, a verdade é que cerca de 80 % do seu orçamento é coberto pelos Estados. Os alunos matriculados em universidades privadas representam apenas 5 % do total.

Outras doenças causam mais vítimas do que o ébola

A OMS reiterou que, apesar de alguns indicadores positivos, a epidemia do ébola está longe de estar controlada em África. Ao mesmo tempo, criticou algumas medidas desproporcionadas que países ocidentais e africanos implementaram, como as quarentenas forçadas a coletivos minimamente expostos à doença. No entanto, as suas recomendações não parecem ter convencido as autoridades, que continuaram a aplicar este tipo de protocolos.

Na verdade, não é fácil fazer valer a prudência diante de uma epidemia de histeria. Como salientava Sara Gorman num blogue (“Plos Medical Journals’ Community Blog”) da revista “Plos Medicine” (“Ebola has Taught us a Crucial Lesson about our Views of ‘Irrational’ Health Behaviors”, 22.10.2014), falou-se muito no Ocidente da “irracionalidade” de certas práticas africanas (rituais de enterramento, recurso a curandeiros tradicionais) que contribuíram para estender a doença; e, no entanto, não se criticaram outros comportamentos igualmente irracionais dos países desenvolvidos, como a própria utilização do termo *pandemia* aplicada a uma situação que está longe de cumprir os requisitos técnicos para assim ser chamada.

Algumas vozes referiram a disparidade de critérios para avaliar o perigo do ébola em comparação com o de outras doenças infecciosas menos chamativas. Num artigo para a *web* “Cincinnati.com” (“Flu is bigger threat than Ebola”, 13.10.2014), a Dra. Lynne Saddler – diretora do Departamento de Saúde para a zona norte do Kentucky – explicava que os cidadãos norte-americanos deviam reexaminar mais a gripe sazonal do que o ébola.

É verdade que este último surto do ébola provocou mais infeções e mortes que todos os anteriores juntos. Além disso, contrariamente a outras doenças virais, o ébola não dispõe de uma vacina eficaz (há várias em fases de teste) nem de tratamento.

No entanto, mesmo contando com isto, o perigo objetivo do ébola continua a ser menor do que o de outras doenças. A Kaiser Foundation elaborou um breve relatório (“Ebola Characteristics and Comparisons to Other Infectious Diseases”, October 2014) que inclui no final um quadro com dados comparativos de algumas das doenças contagiosas que mais mortes causam anualmente no mundo.

Algumas das vantagens do ébola em relação a outras patologias virais, são que não se pode transmitir na fase assintomática (enquanto não se revelaram os sintomas), e que o seu período de incubação (o tempo que passa desde a infeção até manifestar-se a doença) é relativamente curto. Ambos os fatores juntos fazem com que seja menos provável este vírus vir a converter-se numa pandemia mundial; pelo menos enquanto se dispuser dos meios suficientes para isolar os infetados. Daí que, enquanto nalguns países de África ainda não se conseguiu travar significativamente o surto – faz

falta uma infraestrutura e uma operacionalidade no terreno que ainda não está disponível –, nos países desenvolvidos, os casos foram muito reduzidos e a sua extensão rapidamente delimitada.

Em qualquer caso, o índice de transmissibilidade do ébola (o número médio de contágios produzidos por cada nova infeção, sem contar com as medidas para a sua contenção) situa-se entre 1,5 e 2, consoante os diversos surtos. No último, segundo um estudo publicado em setembro último, em “Plos Medicine” [“Estimating the Reproduction Number of Ebola Virus (EBOV) During the 2014 Outbreak in West Africa”, 2.9.2014], foi de 1,51 para a Guiné-Conakry, 2,53 para a Serra Leoa e 1,59 para a Libéria. Além disso, o índice efetivo de transmissibilidade (o que tem em conta as medidas de controlo que se foram desenvolvendo) havia baixado até 1 no mês de julho na Guiné-Conakry e na Serra Leoa, enquanto que na Libéria mal diferia do indicador básico, um sinal de que aí não se havia conseguido travar a infeção.

Contudo, a falta de vacinas ou de tratamento, ou simplesmente o impacto mediático de cada doença, pode levar a confundir mortalidade teórica (a capacidade de um vírus ou de uma bactéria para matar) com a real: o número de mortes por ano. Os dados proporcionados pelo estudo da Kaiser Foundation são reveladores: enquanto que o ébola matou umas 5 000 pessoas desde que foi declarada a pandemia – e segundo previsões mais pessimistas, as vítimas poderiam chegar a 15 000 nos primeiros doze meses do surto –, em 2013, morreram entre 350 000 e 500 000 pessoas por hepatite C, 1,5 milhões por sida, 250 000 por gripe sazonal, 627 000 por malária, 122 000 por sarampo, 195 000 por tosse convulsa e 1,3 milhões por tuberculose.

EUA divididos perante a homossexualidade

Um novo inquérito do “Pew Research Religion & Public Life Project” mostra que os norte-americanos estão mais divididos sobre a homossexualidade do que se pensava. Cerca de metade encara as práticas homossexuais como um pecado, opõe-se ao casamento *gay* e é favorável a que os comerciantes possam invocar objeção de consciência para não prestar os seus serviços nos casamentos de *gays*.

Em 2012, um inquérito “Gallup” registou mais norte-americanos favoráveis ao casamento *gay* (51 %) do que contrários (48 %). A notícia foi muito repercutida nos EUA, pois naquela altura o *lobby gay* estava a procurar o reconhecimento do casamento homossexual pela via legislativa. Mas os ventos sopravam contrários: nos 32 plebiscitos que se haviam realizado até esse momento no país, tinha sempre ganho o “não”.

A poucos dias da sondagem “Gallup”, uma sondagem da “CBS News”/“The New York Times” mostrou que o apoio ao casamento homossexual se limitava a 38 %. Como se explica esta diferença? Aaron Blake, jornalista do “The Washington Post”, mostrou que os resultados de uma e da outra sondagem dependiam de como se haviam formulado as perguntas: se em vez de dar somente duas opções – a favor ou contra o casamento gay – se oferecesse uma terceira – a favor das uniões civis, mas não do casamento –, os casamentos gay perdiam apoios.

Em 2013, várias sondagens voltaram a registar uma mudança na opinião pública norte-americana relativamente à legalização do casamento gay. As sondagens multiplicaram-se à medida que se aproximava o mês de junho, altura em que o Supremo Tribunal tinha de dar a sua sentença sobre dois casos relativos ao casamento homossexual.

Quando saíram as sentenças do Supremo, continuou o bombardeamento mediático sobre os casamentos gay. O motivo é que uma das ambíguas sentenças do Supremo, a relativa à Lei de Defesa do Casamento (DOMA), desencadeou uma avalanche de sentenças emitidas por juizes federais contra as proibições do casamento gay aprovadas em referendo pelos Estados.

Segundo o novo inquérito do “Pew”, 41 % estão contra o casamento gay e 49 % a favor, quase a mesma percentagem que em 2013. O inquérito do “Pew” não proporciona a terceira opção das uniões civis, situação onde se presume que o apoio seria ainda menor.

Mas há mais: na nova sondagem, 50 % dos inquiridos (contra 43 %) consideram que “a prática homossexual” é pecado, cinco pontos mais comparativamente ao inquérito que o “Pew” fez em maio de 2013. E 47 % (contra 49 %) consideram que os donos de pastelarias, floriculturas ou estúdios de fotografia não deveriam ser obrigados a prestar os seus serviços em casamentos gay quando alegarem motivos de consciência.

Também é significativo que, embora a causa do casamento gay tenha sido apresentada como uma luta pela igualdade similar à dos direitos civis dos negros, estes figuram entre os menos convencidos. 51 % dos protestantes negros estão contra os casamentos gay, enquanto 36 % são a favor; além disso, 77 % consideram que a conduta homossexual é pecado, contra 18 % que não a consideram assim.

Não há dúvida de que a pressão informativa sobre os casamentos gay teve o seu efeito na opinião pública. Há uma década, somente um terço dos norte-americanos era favorável à legalização e 55 % pensavam que o sexo entre gays era pecado. Dez anos depois, aumentou bastante a percentagem dos que apoiam o casamento gay, mas não baixou mais do que cinco pontos a dos que reprovam a prática homossexual.

“Selma”

Realizadora: Ava Duvernay

Atores: David Oyelowo, Tim Roth, Oprah Winfrey

Duração: 128 min.

Ano: 2014

Em 1965, Martin Luther King vai empenhar-se mais na luta pela aplicação da lei que permitia aos negros votarem. O presidente Johnson aprovara já essa lei, mas nem todos os Estados permitiam aos negros o exercício desse direito. Por exemplo, as autoridades estaduais do Alabama impediam na prática que os negros se registassem e, por isso, não ficavam inscritos nos cadernos eleitorais.

Este filme narra os dias decisivos em que Martin L. King, laureado com o prémio Nobel da Paz em 1964, vai desenvolver uma estratégia que sairá vencedora. Em primeiro lugar, decide ir a uma das cidades mais racistas: Selma. A comunidade negra local anuncia que vai iniciar uma marcha pacífica de luta pelo direito ao voto. Sabem que as autoridades não irão autorizar, mas resolvem fazer a marcha na mesma. Nesse dia são espancados por polícias e vários populares de raça branca. Os meios de comunicação social tinham sido avisados e registam tudo. Essas cenas de crueldade vão espalhar-se por todo o território nacional e internacional. O presidente Johnson vê-se obrigado a tomar medidas. Martin Luther King decide acelerar então o processo convocando uma nova marcha. Recebe agora novos apoios e vão pessoas de todo o lado até Selma. As autoridades locais acabam por se render perante a pressão política e mediática que o caso adquirira. O plano surte o efeito desejado em toda a linha!

Tópicos de análise:

1. Para traçar uma boa estratégia é essencial possuir dados reais da questão.
2. Lutar por um objectivo claro, facilita planear a ação concreta.
3. A força dos *Mass Media* potencia as decisões tomadas.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

